



PORTO PRIMAVERA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.081.291/0001-39

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A **Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTE" ou "Companhia")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2016.

1) A COMPANHIA

A PPTE é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 15 de outubro de 2004 e estabelecida no Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Rosana, no Estado de São Paulo, e Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda e Lintran do Brasil S.A. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km: 490

Extensão em KV: 230

Subestações: 2

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ R\$ 97.632.772 para o período de julho de 2016 a junho de 2017 e de R\$ 87.889.867, para o período de julho de 2015 a junho de 2016.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2016 e 2015 são:

	2016	2015
• Liquidez geral	3,76	2,86
• Liquidez corrente	2,39	1,84
• Relação patrimônio líquido/ativo	73,42%	65,03%
• Relação passivo não circulante/Ativo	16,43%	20,14%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	11,10%	12,51%
• Relação lucro operacional/Patrimônio líquido	17,13%	23,06%
Ativos totais - R\$	480.221.414	482.601.150
Lucro líquido do exercício - R\$	39.137.087	39.264.255

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas

e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.885.338	19.743.270	Fornecedores - terceiros		998.975	982.498
Concessionárias e permissionárias	7	9.277.152	9.806.975	Fornecedores - partes relacionadas	22	4.978	4.441
Estoques		3.041.325	7.958.751	Financiamento - terceiros	10	18.636.317	19.501.952
Adiantamento a fornecedores		1.487.207	1.280.167	Impostos e contribuições sociais	11	16.730.851	21.745.076
Impostos a recuperar	8	178.284	4.822.642	Taxas regulamentares	12	2.078.194	3.342.868
Ativo financeiro amortizável e indenizável	9	85.426.393	86.236.491	Dividendos propostos	15	6.328.389	24.607.107
Outros ativos circulantes		939.285	1.598.217	Outros passivos circulantes		1.731.274	1.417.621
		116.234.984	131.446.513			46.508.978	71.601.563
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	6	7.930.426	8.042.047	Financiamento - terceiros	10	27.677.106	48.085.811
Ativo financeiro amortizável e indenizável	9	352.865.475	341.238.334	Outras contas a pagar com partes relacionadas	22	21.877	50.336
Outros ativos não circulantes		2.597.494	1.318.378	Provisão para contingências	13	329.579	309.840
Imobilizado		573.126	525.945	Impostos diferidos	14	53.093.863	48.728.873
Intangível		19.909	29.933			81.122.425	97.174.860
		363.986.430	351.154.637	Patrimônio líquido	15		
				Capital social		194.035.000	194.035.000
				Retenção de lucros		144.595.169	107.786.739
				Reserva legal		13.959.842	12.002.988
						352.590.011	313.824.727
Total do ativo		480.221.414	482.601.150	Total do passivo e do patrimônio líquido		480.221.414	482.601.150

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	16	84.886.919	84.326.708
Custo da operação	17	(20.725.606)	(10.122.355)
Lucro bruto		64.161.313	74.204.353
Despesas gerais e administrativas	18	(2.533.104)	(2.426.497)
Outras (despesas)/receitas operacionais líquidas		(1.224.065)	723.597
Lucro antes do resultado financeiro		60.404.144	72.501.453
Resultado financeiro	19	(724.063)	(12.110.192)
Receita financeira		9.064.157	6.515.949
Despesa financeira		(9.788.220)	(18.626.141)
Resultado antes dos impostos		59.680.081	60.391.261
Imposto de renda e contribuição social	20	(20.542.994)	(21.127.006)
Lucro líquido do exercício		39.137.087	39.264.255

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	39.137.087	39.264.255
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes	39.137.087	39.264.255

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

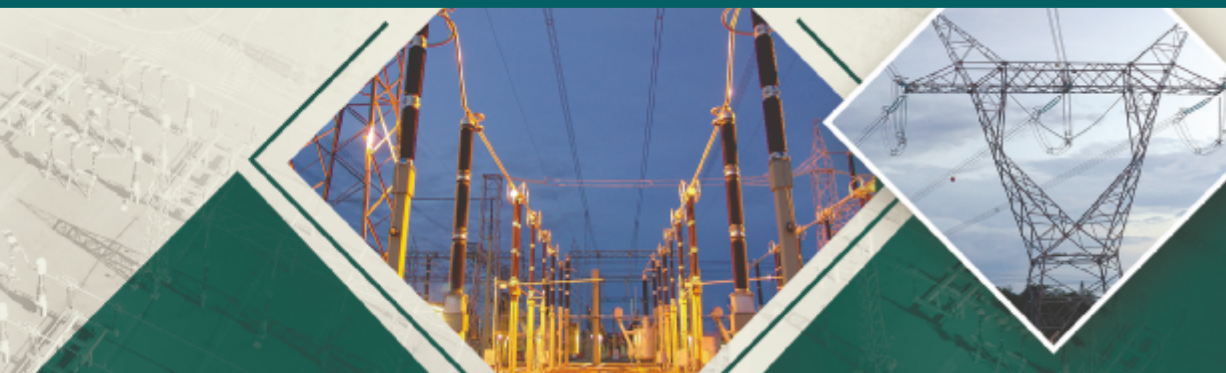
continua



PORTO PRIMAVERA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.081.291/0001-39



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	194.035.000	10.039.775	89.136.218	—	293.210.993
Lucro líquido do exercício	—	—	—	39.264.255	39.264.255
Constituição da reserva legal	—	1.963.213	—	(1.963.213)	—
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	—	—	18.650.521	(18.650.521)	—
Dividendos propostos	—	—	—	(18.650.521)	(18.650.521)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	194.035.000	12.002.988	107.786.739	—	313.824.727
Lucro líquido do exercício	—	—	—	39.137.087	39.137.087
Constituição da reserva legal	—	1.956.854	—	(1.956.854)	—
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	—	—	36.808.430	(36.808.430)	—
Dividendos propostos	—	—	—	(371.803)	(371.803)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	194.035.000	13.959.842	144.595.169	—	352.590.011

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

	2016	2015
Atividades operacionais:		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício antes dos impostos	59.680.081	60.391.261
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Juros e variações cambial sobre financiamentos	2.635.496	14.416.340
Depreciação e amortização	323.847	48.877
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	—	245.643
Provisão para contingência	19.739	—
Outras provisões - compensação ambiental	—	149.601
(Aumento) redução nos ativos:		
Concessionárias e permissonárias	529.823	431.360
Ativo financeiro amortizável e indenizável	(10.817.042)	(5.796.125)
Estoques	4.917.426	(2.252.454)
Impostos a recuperar	4.644.358	(2.399.964)
Adiantamentos a fornecedores	(207.040)	465.056
Outros ativos	(620.184)	(1.106.790)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	17.014	(817.413)
Tributos e contribuições sociais	(5.383.293)	(3.845.115)
Taxas regulamentares	(1.264.675)	664.785
Outros passivos	285.194	436.904
Juros pagos	(5.213.234)	(6.653.780)
Impostos pagos	(15.808.937)	(15.128.258)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	33.738.573	39.249.928
Atividades de investimento:		
Aquisição de imobilizado e intangível	(361.005)	(282.593)
Títulos e valores mobiliários	111.621	(1.725.364)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(249.384)	(2.007.957)
Atividades de financiamento		
Financiamentos pagos	(18.696.600)	(18.317.483)
Dividendos pagos	(18.650.521)	(22.000.000)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(37.347.121)	(40.317.483)
Aumento (Redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(3.857.932)	(3.075.511)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.743.270	22.818.781
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	15.885.338	19.743.270

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTTE" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 15 de outubro de 2004 e estabelecida no Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Rosana, no Estado de São Paulo, e Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate de China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia iniciou suas operações em 17 de outubro de 2006 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. **1.1. Da concessão:** Em 30 de setembro de 2004, a Isolux Wat S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 001/2004, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote J - linhas Porto Primavera-Dourados e Porto Primavera-Imbirussu. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 2 de fevereiro de 2006, foi publicado no Diário Oficial da União de 3 de fevereiro de 2006. No dia 4 de março de 2006, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 009/2006 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção da instalação das linhas de transmissão Porto Primavera-Dourados e Porto Primavera Imbirussu-230KV, com extensão aproximada de 490 km, com origem na subestação UHE Porto Primavera e término na nova subestação Porto Primavera. **1.2. Receita anual permitida (RAP):** A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$43.711.000 (valor histórico) e será corrigida anualmente pelo IGP-M e será válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original. Em 23 de junho de 2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.918/2015, estabeleceu a RAP em R\$87.889.867 para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016. Em 23 de junho de 2016, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.098/2016 estabeleceu a RAP em R\$ 97.632.772 para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Durante o exercício de 2016, a Companhia alterou a classificação do valor referente a imposto de renda incidente sobre aplicação financeira. Até 2015, esse valor estava registrado como Despesa administrativa, no grupo de Tributos. Em 2016, esses valores passaram a ser classificados como resultado financeiro. O montante reclassificado foi de R\$ 142.548. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 10 de março de 2017. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissonárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCS) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo financeiro amortizável e indenizável:** De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como "recebíveis" e registrado ao valor justo. Os ativos financeiros amortizáveis e indenizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto. **3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos

no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8. Impostos: Impostos sobre serviços prestados:** As despesas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. **Receita de operação e manutenção:** A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão. **Receita de construção:** A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo imobilizado em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver. **Remuneração dos ativos financeiros:** Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP. **3.14. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **Ativos financeiros não derivativos:** Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e ativo financeiro amortizável e indenizável. O saldo de caixa e equivalentes de caixa e concessionárias e permissonárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. O saldo de ativo financeiro amortizável é classificado como ativo financeiro a valor justo por meio de resultado. Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo e após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Passivos financeiros não derivativos:** Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores - partes relacionadas e terceiros e financiamentos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de financiamentos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado. **Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros:** Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for

revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **Ativos e passivos financeiros derivativos:** A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis. **3.15 Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4. NOVOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS E INTERPRETAÇÕES

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu determinadas normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras. Enquanto aguarda a aprovação destas normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos, caso haja, em suas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Bancos	460.573	479.799
Aplicações financeiras	15.424.765	19.263.471
	15.885.338	19.743.270

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2016	2015
Conta reserva - financiamentos	7.930.426	8.042.047
	7.930.426	8.042.047

Saldo apresentado como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 10). Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última parcela do empréstimo paga, incluindo principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida e acrescido três vezes o valor do custo de operação e manutenção. A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	2016	2015
A vencer	7.796.738	8.410.805
Vencidas até 30 dias	27.720	108.142
Vencidas até 60 dias	26.621	63.282
Vencidas até 90 dias	—	73.131
Vencidas há mais de 90 dias	2.881.810	2.607.352
	10.732.889	11.262.712
	(1.455.737)	(1.455.737)
	9.277.152	9.806.975

(-) PCLD
Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas cima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	2016	2015
Saldo em 1º de janeiro	(1.455.737)	(1.210.094)
Reversão	—	—
Adição	—	(245.643)
Saldo em 31 de dezembro	(1.455.737)	(1.455.737)

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2016	2015
IRPJ	122.135	3.297.610
CSLL	42.387	1.504.884
PIS	2.451	2.451
COFINS	11.311	11.311
Outros	—	6.386
	178.284	4.822.642

	2016	2015
Circulante	85.426.393	86.236.491
Não circulante	352.865.475	341.238.334
	438.291.868	427.474.825

Conforme contrato de concessão da Companhia (conforme notas explicativas 1.1 e 1.2) a Companhia reconheceu um recebível de concessão de serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente. A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o ativo financeiro e o de indenização reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, e é apurado comparando o retorno esperado com o valor do investimento. **Ativo financeiro - Amortizável:** As concessões das linhas de transmissão de energia da Companhia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e das demais Instalações de transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. **Ativo financeiro - Indenizável:** Conforme termo final do contrato de concessão, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A administração da companhia considera que ao final da concessão caberá a Companhia uma indenização. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos do Tesouro Nacional. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas Concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica.



PORTO PRIMAVERA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.081.291/0001-39



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

10. FINANCIAMENTOS

Descrição	Início	Venci-mento	Garan-tidor	Encargos		
					2016	2015
a) Total da dívida						
BNDES - Subcrédito A	06/2007	06/2019	(i)	+3%	4.405.811	7.387.354
BNDES - Subcrédito B + C	06/2007	06/2019	(i)	3% a.a.	12.094.330	16.692.296
BNP - Subcrédito A	06/2007	06/2019	(i)	+4,3%	3.980.492	6.674.124
BNP - Subcrédito B + C	06/2007	06/2019	(i)	4,3% a.a.	10.926.149	15.079.933
Santander - Subcrédito A	06/2007	06/2019	(i)	+4,3%	3.980.492	6.674.124
Santander - Subcrédito B + C	06/2007	06/2019	(i)	4,3% a.a.	10.926.149	15.079.933
Circulante					46.313.423	67.587.763
Não circulante					18.636.317	19.501.952
					27.677.106	48.085.811
					46.313.423	67.587.763

O Contrato de financiamento com o BNDES foi obtido mediante abertura de crédito estabelecido em 19 de dezembro de 2007, destinado à implantação das linhas de transmissão da Companhia. O financiamento está dividido em subcréditos, os quais: BNDES - Direto - moeda estrangeira - Subcrédito A: No valor original de R\$14.095.000 providos com recursos captados pelo BNDES em moeda estrangeira. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 3% ao ano, acima da taxa variável reajustada trimestralmente, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira. Os juros serão calculados sobre o saldo devedor, atualizado pela variação cambial das moedas estrangeiras aplicáveis, utilizando-se a cotação de fechamento para venda divulgada pelo Banco Central do Brasil. O prazo de amortização é de 144 meses, com início em 15 de julho de 2007 e término em 15 de junho de 2019. BNDES - Direto - moeda nacional - Subcréditos B e C: Nos valores originais de R\$49.129.000 e R\$7.253.000, respectivamente, providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 3% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização é de 144 meses, com início em 15 de julho de 2007 e término em 15 de junho de 2019. Banco BNP e Banco Santander: Repasse moeda estrangeira - Subcrédito A no montante original de R\$25.454.000 sobre o principal da dívida incidirá a taxa de juros de 4,3% ao ano, acima da mesma taxa do Subcrédito A do BNDES Direto. Repasse moeda nacional - Subcréditos B e C no montante original de R\$ 101.818.000 sobre o principal da dívida incidirá a taxa de juros de 4,3% ao ano, acima da mesma taxa do Subcrédito B e C do BNDES Direto. (i) Garantias: Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão. Caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia. Caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

	Amortização
2018	18.743.181
2019	8.933.925
	27.677.106

c) **Covenants:** A Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal superior ou igual a 1,3 vezes. O referido índice foi atingido pela Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2016	2015
IR	11.988.498	15.579.980
CSLL	3.397.530	4.927.836
PIS	107.108	123.618
COFINS	496.496	571.691
Outros	741.219	541.951
	16.730.851	21.745.076

12. TAXAS REGULAMENTARES

	2016	2015
Reserva global de reversão (RGR) (i)	13.464	303.271
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	193.664	192.769
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	1.871.066	2.846.828
	2.078.194	3.342.868

(i) **RGR:** Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantêm a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória. Possíveis diferenças entre pagamento e Administração são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela ANEEL. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço. (ii) **TFSEE:** Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 27 de julho de 2016, através do Despacho 2.012 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas às competências de julho de 2016 a junho de 2017. (iii) **P&D:** Conforme as Resoluções ANEEL 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

13. PROVISÃO DE CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	2016	2015
Trabalhista	329.579	309.840
	329.579	309.840

Contingências possíveis (não provisionadas): Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	2016	2015
Fiscal	10.429.981	4.412.456
	10.429.981	4.412.456

14. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	2016	2015
Impostos diferidos passivos (i)	53.093.863	48.728.873
	53.093.863	48.728.873

(i) Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$194.035.000, dividido em 194.035.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social é como se segue:

	2016	2015
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%	0,01%
	100%	100%

b) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. c) **Dividendos:** Até 2015, aos acionistas era garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações nº 6.404/76. Entretanto, o ato societário datado de 21 de outubro de 2016 alterou esse percentual para 1%, com vigência já para o exercício de 2016.

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	39.137.087	39.264.255
Reserva legal (5%)	(1.956.854)	(1.963.213)
Base de cálculo para os dividendos	37.180.233	37.301.042
Dividendo mínimo obrigatório	371.803	18.650.521
Em 15 de agosto de 2016 a Administração pagou R\$ 6.000.000 decorrente dos dividendos provisionados em anos. O valor remanescente, no total de R\$ 12.650.521 foi quitado em 01 de novembro de 2016.		

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2016	2015
Receita operacional bruta	95.978.070	95.898.077
Receita de operação e manutenção	14.554.202	13.853.565
Remuneração dos ativos financeiros	81.423.868	82.044.512
Deduções da receita operacional	(11.091.151)	(11.571.369)
PIS	(1.405.157)	(1.486.682)
COFINS	(6.472.238)	(6.847.748)
RGR	(2.129.026)	(2.252.549)
P&D	(740.699)	(783.709)
TFSEE	(344.031)	(200.681)
	84.886.919	84.326.708

17. CUSTO DA OPERAÇÃO

	2016	2015
Pessoal	(8.276.094)	(8.193.173)
Material	(793.919)	(889.202)
Serviços de terceiros	(806.076)	(1.478.743)
Seguros	(117.790)	(110.397)
Tributos	(125.343)	(160.252)
Arrendamentos e alugueis	(7.606)	(3.181)
Custo de operação e manutenção	(8.704.509)	1.362.898
Gastos diversos	(1.894.269)	(650.305)
	(20.725.606)	(10.122.355)

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2016	2015
Pessoal	(1.451.454)	(117.272)
Material	(4.562)	(29.867)
Serviços de terceiros	(333.774)	(592.718)
Arrendamentos e alugueis	(58.667)	(52.968)
Doações	(581.441)	(470.838)
Provisão	-	(374.840)
Tributos (i)	(8.457)	(696.153)
Depreciação e amortização	(19.001)	(15.341)
Outras	(75.748)	(76.500)
	(2.533.104)	(2.426.497)

19. RESULTADO FINANCEIRO

	2016	2015
Receita financeira	9.064.157	6.515.949
Receitas de aplicações financeiras	2.754.722	2.877.743
Varição monetária	6.429.243	3.746.428
Outras receitas financeiras	(119.808)	(108.222)
Despesa financeira	(9.788.220)	(18.626.141)
Variações monetárias passivas	(3.934.218)	(11.541.774)
Juros sobre financiamentos	(5.130.520)	(6.630.269)
Outras despesas financeiras	(723.482)	(454.098)
	(724.063)	(12.110.192)

20. CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	59.680.081	60.391.261
Alíquota nominal	(20.267.228)	(20.533.029)
Adições e exclusões não dedutíveis	4.905.506	(989.570)
Incentivos fiscais (Lei Rouanet/Desportivo)	334.413	251.045
Adição de Contribuição Social a Base do IR	(1.521.665)	(1.540.092)
Outros	(3.994.020)	1.684.640
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(20.452.994)	(21.127.006)
IR e CS corrente	16.548.973	16.837.084
IR e CS diferido	3.994.021	4.289.922
	(20.542.994)	(21.127.006)

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. Em 2016 e 2015, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

21.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.885.338	19.743.270
Títulos e valores mobiliários	6	7.930.426	8.042.047
Ativo financeiro amortizável e indenizável	9	438.291.868	427.474.825

Ativos mensurados pelo custo amortizado

Adiantamentos a fornecedores	1.487.207	1.280.167
Concessionárias e permissionárias	7	9.277.152
9.806.975		

Passivos mensurados pelo custo amortizado

Financiamentos	10	46.313.423	67.587.763
Fornecedores - terceiros		998.975	982.498
Fornecedores com partes relacionadas	22	4.978	4.441

21.2. Gestão de risco:

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) **Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em financiamentos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. *Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira:* A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos financiamentos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2016. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	31/12/2016	-5%	5%
Financiamentos	46.313.423	(240.940)	492.235

d) **Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. e) **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

22. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

22.1. Passivo:

	2016	2015
Passivo		
Fornecedor (i)	4.978	4.441
Outras contas a pagar com partes relacionadas	21.877	50.336

22.2. Resultado:

	2016	2015
Resultado		
Despesa aluguel (i)	(58.667)	(52.968)
(i) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores se referem a despesas de aluguel junto a SGBH.		

23. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	2016	2015
Responsabilidade civil	Risco civil	828.890	632.955
Seguro patrimonial	Risco operacional	147.635.404	147.365.404
Veículos	Carros	104.036	121.276
		148.568.330	148.119.635

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad - Diretor Presidente

Jorge Raul Bauer - Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa - Contadora - CRC RJ-103573/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compre